Impressões Gerais da Psicanálise; lembranças de um estado de coisas

Felipe Lessa

Resumo

Segue um relato da seqüência dos principais acontecimentos ligados aos Estados Gerais da Psicanálise desde 1998. A descrição de alguns dos encontros e dos lances políticos em torno da perspectiva supra-institucional de se falar em nome próprio engendra reflexões sobre as dificuldades e os paradoxos disparados por essa modalidade de debates que procuramos criar. O texto foi registrado, elaborado e reelaborado em três momentos diferentes; um depois do encontro Mundial em 2000, outro depois dos encontros Latino-Americanos, e finalmente agora, portanto, o que segue reflete minhas impressões gerais sobre o movimento dos E.G.P tomadas mais ou menos à temperatura dos acontecimentos.

Primeiras observações

Este texto foi escrito em três etapas. A primeira em 2000, logo após o primeiro encontro Mundial. A segunda etapa, quando várias inclusões e ajustes foram feitos em 2002, depois de alguns encontros regionais. E agora, em 2003, as vésperas do encontro Mundial no Rio, mais uma vez o texto foi revisado e várias novas reflexões foram incluídas.

O nome Estados Gerais da Psicanálise, com os muitos sentidos que se lhe pode atribuir, no Brasil, vêm congregando vários psicanalista com trabalhos reunidos em torno de pequenos grupos, insuflados, talvez principalmente, pela idéia de que cada um possa falar *em nome próprio*. Depois da convocatória de Rene Major em 1998, trabalhou-se livremente, inclusive em um primeiro encontro Latino Americano realizado em São Paulo, o qual serviu como preparatório para o Mundial. O efeito paradoxal de uma tal convocatória era pouco conhecido. Sem dúvida um sentimento “revolucionário”, ou de algum modo subversivo, alimentou a disposição de muitos ao se encontrarem para falar abertamente o que pensavam. Isso produziu um intercâmbio fértil e interessante para todos. A rede de trabalho apontava para o encontro Mundial

na França, no qual todos teriam seus trabalhos expostos e tomariam conhecimento, mesmo que parcial, do trabalho dos outros.

Assim, entre 08 e 11 de julho 2000, psicanalistas de quase todo o mundo estiveram reunidos no grande anfiteatro da Sorbonne em Paris. Os Estados Gerais da Psicanálise culminaram em um vigoroso congresso em torno da pergunta que seu próprio título sugere. Saber qual é, ou quais são os estados da psicanálise? Qual é a condição geral da psicanálise, ou seja, qual o estado da arte na psicanálise hoje? Mesmo se a alusão aos Estados Gerais da Psicanálise na Revolução Francesa não pudesse parar de ecoar na casa dos anfitriões, a questão pelo *diagnóstico da psicanálise* no ano 2000 parecia atravessar a fala de todos presentes. Haveria uma crise mais grave da psicanálise, que completa 100 anos no contexto da saúde mental e da cultura? Os E.G.P., como era de se esperar, não chegaram a qualquer conclusão unívoca, mas nos deixaram várias impressões gerais sobre a psicanálise atualmente.

Quatro dias de Paris possibilitaram um grande panorama da situação do saber e da prática dos psicanalistas no mundo. Com mais de 30 países presentes, comentou-se a ausência do continente Africano e lamentou-se a falta da Europa do Leste nos quadros do debate. O Japão, a Grécia e a Escandinávia fizeram-se representar. O Canada e os Estados Unidos marcaram bem suas presenças. Enfim, deu-se um encontro global, com a participação de um grande número de Sul Americanos, Franceses e Ingleses, além de muitas outras nacionalidades. A tradução simultânea era transmitida por “readphones,” nos quais podia-se escolher entre as línguas inglesa, francesa, espanhola e portuguesa. Oba!! Sobre a pequena torre de babel que se estabeleceu durante os intensos debates, foi curioso notar que a língua alemã não foi considerada como idioma oficial do congresso e o português sim. Isso é um claro indicador da importância do Brasil, e da América do Sul, no cenário mundial da psicanálise, cerca de um quinto (1/5) dos presentes, conforme circulou. Mas, ao mesmo tempo, é quase sinistro, senão sintomático, o desaparecimento da língua na qual Freud escreveu praticamente toda sua obra.

Do outro lado da rua, frente a porta de entrada do prédio da Sorbonne, a estátua de Montaigne, com algum ceticismo, parecia sorrir tranqüilamente. O

chamado E.G.P. aconteceram no lindo *Grandanfiteatre* da Faculdade, entre esculturas de Richelieu, Descartes, Lavoisier, Sorbon e outros. Com quase 1000 pessoas nas plenárias mais cheias, diante da grande mesa e das pinturas, provavelmente restauradas desde o século XVII, os debates aconteciam em clima de assembléia geral. A arquibancada de madeira – com escadas laterais para entrar e sair, circundando as poltronas acolchoadas do centro do salão, como em um teatro – fazia todos olharem para a mesa sobre o palco. A reunião concentrou-se nesse ambiente, exceto, é claro, pelos desvios ocasionais que a cidade de Paris provocava em qualquer congressista estrangeiro. Sem dúvida um momento marcante na história da psicanálise e na vida de todas as pessoas que participaram do encontro.

No entanto, a importância do trabalho que o E.P.G realizou, ou realiza, além de criar um marco histórico, está no trabalho que busca situar a psicanálise no seu tempo, no esforço para compreender suas dificuldades na cultura contemporânea. Os vários temas do encontro retornavam sempre a questões mais amplas ou gerais. Muitas falas, cotejando problemas de caráter ético e político, procuravam exaltar as emoções como se algo estivesse escapando, como se talvez não se estivesse percebendo algo importante. Algo que para o bem da psicanálise deveria ser prioritariamente discutido. Alguns discursavam, outros faziam depoimentos, protestos e declamações, houve ainda quem gritasse. De algum modo, todos os psicanalistas ali reunidos estavam preocupados com o destino deste saber, deste ofício ou arte que denuncia a insuficiência e o mal-estar da cultura e da ciência, que se esforça em apontar, sem desculpas, para o mal e para violência contidos na condição humana.

O parricídio e os sujeitos do encontro

As conferências de Rudnesco e Derrida saltaram aos ouvidos dos congressistas. Major, com suas intervenções, balizou o andamento dos trabalhos. Escutava-se nos corredores e lia-se na mídia impressa comentários sobre o filósofo, a historiadora e o psicanalista. Uma das observações de Derrida me pareceu sintetizar o espírito do encontro, logo a comentarei. Mas antes disso, vale uma palavra sobre a proposta de Rene Major que, afinal, desencadeou o evento. Ao fazer a convocatória de um acontecimento deste

porte seria impossível determinar um tema único, ou focal, da psicanálise. Major colocou a própria psicanálise em questão. O chamado deste psicanalista, como “avant propot” da convenção, pontua claramente a entrada da psicanálise no século XI. e ao fazer isso ele diz; “Des Etats Generaux deivent pouvoir débattre eux-mêmes de leur propre légitimité”. É interessante a ambigüidade que esta frase parece conter, ela nos indica o campo de problemas com o qual a psicanálise lida até hoje, e terá de lidar por muito mais tempo, talvez, agora, procurando uma nova apresentação para ele, buscando posições e estilos que respondam a vida contemporânea.

A tradução poderia ser; “Os Estados Gerais devem poder desembaraçar, eles mesmos, de suas próprias legitimidades.” Mas, “débattre eux-mêmes de leur propre légitimité”, sugere também; “debater eles mesmos suas próprias legitimidades”. Ora, são dois sentidos diferentes e instigantes. Debater aquilo que nos legitima, e desembaraçar-se de nossas legitimidades. Essa parece ser outra das encruzilhadas da psicanálise; desvencilhar-se da autoridade que ela própria estabelece. Criticar e analisar seus supostos pais. Em constante estado e clima de parricídio, os E. G. P. inclinam-se a subverter o estado de coisas delegando permanentemente poderes aos filhos, aos irmãos. Ao decompor a lógica das instituições psicanalíticas o encontro desautoriza a legitimidade, e em certa medida a autonomia, próprias de seu campo, talvez, na esperança de favorecer a produção de novas formas de pensar e fazer psicanálise.

A ruptura com a IPA, como o assassinato do pai, no desembaraço da horizontalidade, desnuda a fragilidade do suposto alicerce da legitimidade psicanalítica, e portanto, é necessário debate-la, analisá-la, colocá-la no divã. Foi isso que sugeriu Derrida ao dizer, em sua conferência “Pulsão de Morte, crueldade e psicanálise”, que os E.G.P. deveriam analisar-se para além do teatro e da fenomenologia daquele encontro. A *soberania* da psicanálise e dos grupos psicanalíticos, assim como, o mal-estar que cresce nas diferentes instituições psicanalíticas e na cultura de um modo geral, pedem cuidados. Porém, a proposição que permitiu a reunião de interesses algumas vezes quase opostos entre os psicanalistas, foi a de que cada um falaria *em nome próprio*, e não em nome do grupo que o legitima. Foram desfeitas as hierarquias. Neste caso, então, quem seria o analista a colocar a psicanálise

no divã? Uma certa tensão perpassava os membros da plenária. A platéia participava na medida do possível. A tarefa da comissão organizadora não era fácil; promover condições desse balanço analítico da psicanálise, sem colocar-se no lugar do legítimo analista, ou do pai, ou da mãe.

Freud, Lacan, Derrida, Major; esses pareciam ser os candidatos simbólicos ao lugar totêmico dos E.G.P. Dos quatro apenas um foi pai realmente presente em todo encontro. Dividindo a cena com Rudnesco, Rene Major deu a tônica de várias mesas e procurou criar condições de que entre as centenas de analistas muitos pudessem falar. A estrutura do evento fugia ao modelo convencional de congressos, sem comunicações orais, mesas redondas ou mini-conferências, os E.G.P. dependiam de um lado, dos “leitores” que apresentariam as questões fundamentais dos textos colocados para debate via Internet, e de outro, da participação e de iniciativa dos sujeitos presentes no salão. Nenhuma das duas coisas aconteceu ao contento e a insatisfação podia ser sentida nos corredores nas várias línguas. Um curioso protesto foi contido: um senhor que carregava um sino de ferro de pelo menos quinze centímetros de diâmetro, por algum motivo se não o fez soar no anfiteatro.

Uma ordem de inscrição mais ou menos estabelecida na hora viva do debate, por vezes permitia alguma continuidade para os assuntos, porém, na maior parte do tempo as replicas e trélicas não aconteciam e muitas questões levantadas talvez mal tenham sido ouvidas. Algumas intervenções pareciam não se ligar a nada. A mesa parecia ter sempre muito mais tempo de fala do que a plenária. Em alguns momentos uma atmosfera fragmentada dava o ritmo das falas, com muita emoção e com um sentido tênue, quase perdido. Nos primeiros dias, sujeitos ávidos pela palavra alongavam-se em discursos muitas vezes monótonos, contava-se histórias e piadas significativas, lançava-se interjeições inflamadas, e interrompia-se a fala de alguns. Nos últimos dias, já com alguma repetição, um clima mais estável se instalou. O tempo das falas tornou-se mais regular, a insatisfação com os “leitores” que acabavam por fazer suas *conferências* perdeu importância, e a preocupação que unia sujeitos tão diferentes começou a dar norte aos discursos.

Em seu texto “A questão Ética, testemunho e responsabilidade.”, Major considera o estatuto ético do inconsciente tal como fala Lacan, e reflete a

máxima freudiana “Wo Es war, Soll Ich werden” como um imperativo psicanalítico que ordena a condição ética do sujeito, implicando responsabilidades e testemunhos conflituosos. É com isso que Major, e os demais os Coordenadores da grande mesa tinham de lidar durante as sessões de debate, uma importante linha do perfil ético desse acontecimento internacional estava se dando ali, e ela passa pela variedade das implicações pulsionais em jogo, pela delicadeza política que é lidar com tantos desejos e interesses diferentes, fervendo em uma mesma grande sala, onde toda legitimidade mutua está suspensa. Como saber a quem dar a palavra numa família tão grande e com tanta diversidade histórica? Como evitar a perpetuação do discurso do amo, do discurso do senhor que fala ao povo pobre e ignorante? Desde as dificuldades de pesquisa e as misérias de cada país, passando pelo nazismo e pelas ditaduras latinas, até a precariedade da psicanálise na sua terra de origem, muitos pronunciamentos demandavam ouvidos. Foi particularmente comovente o depoimento de Anne-Lise Stern, que sobreviveu aos campos de concentração e nos contou os sonhos que teve em um deles.

Rudnesco, em sua conferência, “O divã do mundo”, publicada no dia seguinte no *Liberation*, 09/07/2000, nos lembra que Freud preferia a monarquia constiucionalista inglesa a soberania republicana francesa, pois queria evitar a racionalidade dos egos puritanos, das ditaduras morais e da ética da constrição, preferia a liberdade do “território do Isso, da estética da desordem, da libido e da loucura pulsional”. Nos debates psicanalíticos da Sorbone 2000, psicanalistas não se dividiam em republicanos e monarquistas, nem em liberais e moralistas, nem exatamente em lacanianos franceses e pós-keinianos ingleses, mas lá estava um caldeirão de sujeitos mais ou menos desfilados e desinstitucionalizados, com múltiplas afinidades, sujeitos que sem perder de vista suas preferências de estilo, marcavam suas intervenções expressando-se diferentes formas ao lidar com o poder e com a palavra.

Ao percorrer o itinerário temático previsto, os E. G. P. tocaram vários assuntos importantes da psicanálise. A clínica foi menos privilegiada um pouco, mas a arte, a literatura, a filosofia, a psiquiatria, neurociencias, biologia, genética, direito, deram o tom interdisciplinar que enriqueceu as palestras. As instituições analíticas, a transmissão, o social e a política, entretanto, foram

pautas importantes, e propiciaram os debates mais calorosos. Agora pode-se dizer que, provavelmente em todos os temas, buscava-se refletir sobre a sorte da ética e da prática da psicanálise no mundo. Mesmo que pouco se tenha posto as técnicas psicanalíticas propriamente ditas em questão, no plano geral, as éticas, e as estéticas, vindas de vários territórios estiveram em um confronto cordial e construtivo. Se de um caos de impulsos, intenções e proposições figurou uma identidade para o acontecimento, foi no campo ético-político que os E.G.P. encontraram seu principal pano de fundo. Um movimento marcado pelo charme e pelo o horror que é analisar suas próprias crises.

A precariedade e o comentário estético

Mas há uma observação de Derrida que vale a pena ressaltar. Se ele está certo naquilo que enfatizou várias vezes em sua conferência, isto é, se a psicanálise existe “sem alibi”, se a psicanálise não se furta ao mal radical evidenciado pela análise da pulsão de morte, se de fato a psicanálise não faz concessões e não oferece desculpas, então ela pode colocar-se num impasse. Sua condição pode levá-la a seu fim. Talvez seja tarde de mais, diz Derrida, a cabeça do rei já foi cortada, o pai está morto, e talvez não seja tarde de mais. Não é certo. Em todo o caso, enquanto a psicanálise estiver *presente* lá onde acontece a violência e a crueldade que o humano pode gerar para si, então, penso, ela terá algo a dizer e fazer.

Assim, temos um problema relevante. A psicanálise vê-se, ao mesmo tempo, numa situação vulnerável e em condições de contribuir para a cultura contemporânea. Derrida pensa a pulsão de morte, de agressividade, pulsão sádica, de poder, pensa a pulsão de dominação, e daí, o problema da soberania. Trata-se da sutileza de um pensamento no qual o psicanalista deve voltar sua atenção para a relação entre suas pulsões e seus impulsos soberanos de auto-legitimação. Não é aqui uma redução da pulsão à pulsão de dominação, a moda de Adler. Mas, visto os efeitos da pulsão na cultura e nas sociedades psicanalíticas, a psicanálise não pode furtar-se ao horror e ao suspense que gera o parricídio, o ódio sentido contra a autoridade, contra a suposta legitimidade que a sustenta. Ao mesmo tempo, não pode-se ignorar a violência a que se pode chegar na defesa da soberania, soberania do mais forte. Helena Bessermann Vianna, denunciando o segredo mantido pela IPA,

sobre o caso Amilcar Lobo, nos mostra a que ponto pode chegar a lógica da soberania. As vergonhas da IPA eram denunciadas. Ouvia-se gritos e aplausos. Em outro momento do encontro, o desejo de superar esse temor, ecoou em brados a favor da mestiçagem. “Viva a mestiçagem” gritaram várias pessoas. Maria Rita Kehl fala do meio da plenária fala do sentimento fraternal que autoriza os “nanos” no “rap” paulistano. Uma grande profusão de estilos fez a cena geral desse mega-simpósio. Como comentou mais tarde Chaim Katz, naquele fórum, “o clima foi bem “pop”, e não permitiu maiores elaborações. A confusão promovida por tantas transferências diferentes não facilitava a comunicação psicanalítica, o acordo entre os irmãos parecia impossível ali. Entretanto, *a posteriori*, surgem comentários interessantes. Como diz Foucault, o comentário é aquilo que excede o significante. Falando dos E.P.G., Nelson da Silva Jr., pontua a qualidade da participação dos leitores e conferencistas brasileiros no encontro, e sugere uma valiosa via de reflexão sobre o problemática ética na qual a psicanálise se vê mergulhada. No entanto, foi quase um consenso a opinião de que a maioria dos leitores não chegaram a produzir algo que pudesse levar a voz dos muitos à assembléia. Poder-se-ia dizer que é preferível o território da liberdade pulsional, sem que a “estética da desordem” nos faça parecer defensores da moranquia constitucionalista que agradava Freud. De outro lado, a ordem soberana do ego, puritano e crítico, pareceria menos criativa, entregue as censuras estéticas e ao regulamento dos costumes na vida burguesa dos republicanos. Entretanto, hoje, para maioria de nós, o regime inglês não parece menos nem mais moralista do que o francês e a liberdade continua a pedir cuidados seja no que diz respeito ao sujeito singular e à coletividade.

Nesse sentido, a forma e o estilo de constituição do poder na psicanálise, talvez, possam ser melhor compreendidos a medida que exploremos aquilo que Silva Jr. chamou de “papel metodológico do campo da estética no questionamento das resistências da psicanálise a si própria”¹ Silva Jr. procura construir sua proposição sobre o “papel metodológico” da reflexão estética sobre as resistências da própria psicanálise, e é aí que está a criatividade de sua sugestão. Ele não se furta ao terror e ao desprezo que o

¹ O sentido da estética entre a soberania e a vulnerabilidade da ética, Comentários sobre os Estados Gerais da Psicanálise 2000, por Nelson da Silva Jr., publicado no Site dos E.G.P.

mundo contemporâneo tende a nos causar, e nos lembra que se há uma resistência do mundo a psicanálise, há também uma resistência da psicanálise ao mundo. A estética contemporânea, causando efeitos de resistência e espanto, pede cuidados éticos, assim, em sintonia com Derrida, ao perguntar-se por uma *ética da vulnerabilidade*, Silva Jr. denuncia o risco dos discursos soberanos, e enfatiza a pertinência de aspectos estéticos no método psicanalítico, onde a relatividade do saber, o inconsciente e a ignorância de si, implicam a dependência e a vulnerabilidade. Diria que o psicanalista não goza dos privilégios da soberania, a autonomia radical seria a morte da psicanálise e, nesse sentido, *uma estética da heteronomia e da alteridade* seria a condição do trabalho analítico..

Trocar, *vis a vis*, a soberania pela vulnerabilidade pode ser muito perigoso. Sabemos disso. Não é porque sabemos a precariedade humana que devemos nos entregar a ela. Condições primárias de soberania e autonomia narcísicas são necessárias para a integridade dos sujeitos. Porém, a psicanálise não tem *alibi* diante de toda negatividade que sempre buscou reconhecer, diante da precariedade, do desamparo, do masoquismo, das falhas e faltas, do ódio e do mal que, consciente ou inconscientemente, vulnerabiliza os sujeitos. Qual não é o melindre da psicanálise! Frágil?! Sim, dependente e heteronoma, mas, nem por isso, sujeitada ou submissa. A soberania relativa da psicanálise lhe é vital. O reconhecimento das formas atuais da efemeridade e da vulnerabilidade, ou ainda da pererecibilidade de nossa condição parece sugerir os ideais que rondam o universo psíquico contemporâneo e com ele a clínica psicanalítica. É desde este “lugar”, o da clínica, que o psicanalista é testemunha ou réu do crime para o qual ela não tem *alibi*. A psicanálise não se esquivava às formas do horror, nem aos aspectos qualitativos da mortandade humana. A delicadeza desta correlação entre a ética e a estética na psicanálise nos indica parte de um fio metodológico que precisa ainda ser melhor pesquisado. Isto é, os vários estilos, escolas, preferências ou modos de fazer psicanálise regulam-se, para usar a expressão de Joel Birman, “nos registros ético e estético”, e figuram nos contrastes, nos ritmos e nas nuances destas diferentes formas de conduzir uma análise, ou de narrar um caso.

Política, mitologia e reaberturas

Robert Maggiori, do *Liberation*, no dia seguinte a abertura dos E.G.P., comentou a exclamação de um psicanalista Suiço: “Parece que aqui a IPA é o diabo, Deus é Lacan, e Rene Major o espirito Santo”. Mais uma provocação. Será que estaríamos reincidindo tão rapidamente no “fantasma político do soberano”? Por certo prisma, durante o encontro, nem Freud nem Lacan, nem Derrida, Rudinesco ou Major eram pais vivos nos debates, as angústias anglo-saxonicas, norte e sul americanas, francesas e asiáticas mal podiam reconhecer a causa de seu desconforto. Mas, quando Helena Vianna, leu sua carta de demissão da IPA, quem podia imaginar a disposição ética e estética do Dr. Leão Cabernite, analista de Amilcar Lobo, sádico que ouvia as angústias do torturador, pode identificar melhor a quem se queria crucificar. Houve outras demissões. O horror do parricídio constante inflamava os ânimos, e nossos fantasmas simbolicamente pareciam poder ser exorcizados.

Rudnesco, colocando o encontro mundial no divã reflete sobre os estados gerais da psicanálise e diz que a ausência da figura do trono do rei, no ícone do Site Francês do congresso, alude ao desejo de estarmos longe da soberania monárquica, despótica e cruel, mas também, ao desejo de não se confundir com a soberania republicana, hipócrita e moralista. Pode-se dizer que nossas censuras morais e estéticas repudiam o terror das políticas totalitárias, mas também cansados do nosso precário sistema de representações, produzimos apenas um estado transitório de suspense (um estranho estado) instável que marca todo o encontro. Repudia-se o trono do rei, a IPA (que em português é anagrama de PAI) mas também não se pretende a instituição de qualquer novo Estado Psicanalítico Internacional, ainda que o desejo de paternidade ressoe ao fundo de muitas falas e olhares. O pai violento e tirano é assassinado em diferentes tempos e lugares da história, e isso é uma das condições da cultura. Assim, ouviram-se lemas contra as ditadura da América Latina, da Argentina, do Brasil e do Chile, cujo Ditador recentemente esteve em terras européias.

Armando Urigbe, ex-embaiador do Chile, pintou as cores da personalidade nefasta de Salvador Allende, lembrando-nos o quanto se pode estar propenso a agir como um ditador, mas, infelizmente, sua palestra teve pouca audiência. Comentou um pouco do trágico desaparecimento dos presos

políticos em seu país, o que fazia fortemente lembrar as loucas “Mães de Maio” na Argentina. A língua espanhola era talvez a mais ouvida no encontro. Lembrou-se do silêncio e do segredo que se fez necessário fazer em torno dos pensamentos, das idéias, dos encontros, dos planos, sonhos ou ideais de cada um. Nos limites uma estética severa e de pretensões soberanas se colocava a exigência de uma reflexão sobre o que psicanálise pode tolerar ou deve suportar. O parricídio do pai despótico, o fim da arbitrariedade tirânica na psicanálise depende da superação de suas resistências éticas e estéticas relativa ao silêncio, ao segredo e à ignorância em relação aos pares, relativas a suposição da certeza e da verdade no estilo de um outro, outro que não nos deixa saber de sua vulnerabilidade. Lamentou-se as guerras na antiga Iugoslávia, mas não se falou da Palestina. Hoje são mais de 60 focos de guerra no mundo.

O horror e a destruição engendradas pela pulsão não param de repetir seus efeitos por toda parte. Assim, no grande anfiteatro de uma das capitais culturais do mundo ocidental, encontravam-se psicanalistas de diferentes posições políticas, ideológicas e epistemológicas, todos em estado de suspensão de suas filiações. A mesa e os conferencistas hierarquizados estrelaram o mito da ausência do nome de um pai. Num misto de aflição e excitação, todos refletindo a metáfora da morte do pai, anulando a fonte original de suas próprias soberanias e legitimidades, criando no evento uma dinâmica ruidosa e galopante, mas, ao mesmo tempo frágil e titubeante. Um rapaz reclamou da distribuição do tempo das falas. Por mais que algumas figuras tivessem destaque, ali, todos estavam um tanto vulneráveis; os Estados Gerais passariam e nada daria guarida a ninguém. Major abdicou de algo. O grande diagnóstico da psicanálise que se procurava promover naquele tumultuado laboratório, poderia resumir-se a avaliação da política psicanalítica que era apenas um pedaço da história que ali acontecia. De qualquer modo, compondo com as impressões gerais deixadas pelos muitos estilos que coadjuvaram naquele anfiteatro e, que continuam representados nos textos na Internet, pode-se ter uma visão ampla do estado e dos interesses da psicanálise hoje.

Um estado de sofrimento onde o luto se insinua, quando a suspensão dos poderes do pai soberano, instalando-se como a suspensão radical da

função paterna, oferece riscos. O risco da falta total de regras e ditos éticos, o risco de se criar o caos identificando-se com o pai morto. A psicanálise não pode deprimir. Quando a indefinição é o regime, mesmo se temos de lidar com o horror e o desprezo humano, o desejo não pode fraquejar. Esse aspecto desagradável da psicanálise volta sempre a incomodar, gera resistências e pode desanimar. Os E.G.P. pretendem sustentar uma ausência de hierarquia e de dívida patronímica, talvez num estética mais pulsional do que egóica, e por este motivo, enquanto alimentarmos essa perspectiva estaremos trabalhando nossas crises e arcando com nossa responsabilidade ética. Se nos arriscarmos por uma “estética da desordem”, estaremos em um “working progress” que, ao que tudo indica, nós psicanalistas precisamos elaborar um pouco mais. Assembléias são soberanas em fóruns deliberativos, o que não é o nosso caso, já que temos pouco a deliberar, e muito mais a comunicar e informar. Assim, a soberania de nossas plenárias legitima-se na convicção de que a transitoriedade dos E.P.G. nos garante a possibilidade de falar e ser ouvido em *nome próprio*, com uma *liberdade* incomum. Se outro pai da horda morreu inaugura-se uma nova frátria, e agora os filhos precisam chegar a algum acordo, mesmo que provisório, qual será esse acordo esse provisório?

Michel Plon falou das dificuldades e resistências encontradas para a realização do encontro. Indicou seu caráter revolucionário e não faltou quem lembra-se os esforços do grupo “Confrontacion” que, na década de 90, já vinha levantando os problemas éticos contemporâneos da psicanálise. Não é nada fácil manter qualquer trabalho ou rede auto-gestiva, pois o regime aberto é sempre muito mais vulnerável. Falar em nome próprio abala o sistema de representantes, pondo inclusive o método democrático em questão. Cada um deve falar por si e tomar sua iniciativa pessoal para expressar-se na assembléia, em nome próprio e com a própria voz. Mas, nossa Senhora! Em grandes grupos isso é uma experiência louca, exigente e, para muitos, quase impossível!. Alguns, sobretudo os que já estavam em destaque devido a sua estatura histórica ou, devido a própria a estrutura de conferências do encontro, tenderam a dominar a cena geral. Favorecida pelas pompas antigas do salão, numa situação como aquela, a coisa pública tendeu a tornar-se real, nobre e elegante o domínio dos discursos. Ao final da última assembléia, os alguns últimos protestos das ex-colônias pediam tomadas de posição que não

encontraram mais tempo ou eco na casa. Rapidamente aprovaram bem feita Revista Virtual (que é o mais efêmero de tudo até aqui) que se encontra na Internet e, finalmente, indicou-se a América Latina como continente para o futuro encontro mundial. A mesa fechou os trabalhos e dissolveu a comissão organizadora francesa.

Segundas impressões gerais

O forte sentimento Andino do primeiro encontro Mundial, ressoou um chamando aos Alpes, para revitalizarmos nossas críticas ao mal-estar na cultura. Joel Birman, insistiu na diferença que ainda se coloca entre o hemisfério norte e o sul. Maria Cristina Magalhães, perguntara-se pelo futuro da psicanálise. O abandono em que se encontram os países pobres serve de denuncia do desamparo humano que se perpetua no globo. O Brasil, vista sua maciça presença no evento, tornou-se o candidato natural para sede de uma segunda reunião mundial na América do Sul, em 2003. Porém, antes dela, já ocorreram outros encontros Latino Americanos, dois em São Paulo em 1999 e em 2001 e, um em Buenos Aires em 2002. A rede, os grupos de trabalho e os fóruns de debate, talvez mais freqüentes na América do Sul, continuam a acontecer. Os informes virtuais e os laços em torno do espírito de se falar em nome próprio, calcados num princípio supra-institucional e numa disposição à subversão dos sistemas mais convencionais de representação e diálogo, tudo isso continuou a produzir efeitos em parte da comunidade psicanalítica internacional.

Mas a dúvida quanto ao sentido de uma tal continuidade também permaneceu, e permanece. O que significa o Brasil, ou a América Latina, receber o hemisfério norte para este gigantesco *après coup* dos Estados Gerais da Psicanálise? Sem dúvida um segundo encontro Mundial que vise completar está *avaliação do estado da psicanálise* hoje, livre de suas amarras institucionais, só pode produzir algo de muito rico. Contudo, as experiências dos três encontros Latino Americanos mostraram algo diferente sobre a forma e a metodologia dos encontros. O nome e a fala andaram juntos, o autor e a palavra não foram mediados, e os discursos se confrontavam sob quase nenhuma hierarquia. Já o sistema de assembléia com grandes conferencistas convidados restringiu a participação da maioria psicanalítica, transformando o

evento numa apertada arena de vaidades onde reinou o jogo de poder, de reconhecimentos e de prestígios. É claro que eleger leitores (em nome próprio?) é uma forma de estabelecer relações de troca e de sustentar a representação dos diversos pensamentos no encontro. Ela é paradoxal. Além disso, penso que do ponto de vista da produtividade isso revelou-se um desperdício metodológico, pois a verticalidade do encontro não gerou o melhor debate ético que poderia e, por outro lado, imprimiu ao encontro um estilo espetacular no qual desde o início despontavam alguns heróis de sucesso.

Se seguimos esse cardápio, parece simples, os países europeus continuaram sendo os fortes candidatos as funções paterna ou materna. Ora, talvez por serem afeitos a algo que se poderia chamar de sentimento europeu, ou identidade européia, essa candidatura se instalou desde a convocação da primeira reunião soando incoerente para alguns latino americanos, e também para alguns franceses, pois como se falava em nome próprio, mas não se tinha a hora reservada para falar, e, mais estranho, haveria alguém para falar em nome dos autores do texto. Um lógica onírica. Não haveria nada de mais em reconhecer nossa filiação européia se isso não fosse algo desnecessário depois de tantos anos de independência. A ascendência européia de tantos americanos não os obriga a qualquer licença intelectual, artística ou científica. Nesse sentido, já podíamos assumir a paternidade do evento e propor para o encontro a *forma* que nos pareça ser a mais conveniente.

As comunicações em pequenos grupos aconteceram com muito tempo para debates, e, por outro lado, as assembléias gerais Latinas foram um bocado curtas, ou esvaziadas. Falava-se nas muitas salas sempre com muita descontração, alguma intimidade parecia gerar confiança e liberdade. A riqueza das trocas e dos confrontos de idéias e o valor dos grandes fóruns políticos podiam e deviam ser repensados. Agora, era fundamental que as questões estratégicas levantadas a partir dessa visão desglamurizante do encontro de Paris fossem consideradas, e em certa medida foram. Como sugeriu Lucia Pilla no último Latino Americano, talvez pudéssemos tomar a experiência de Paris como uma vivência primitiva, como um mito de fundação que permitiu a reabertura da rede dos E. P. G. dando novo impulso ao movimento, abrindo caminho para novas propostas.

A história que vai se fazendo sob o nome de E.P.G. tem muitos focos e diferentes ritmos no mundo. E quem o batizou? Foi o pai? Foi a mãe? Foi um grupo? René Major? Rudnesco? Quem? Todas as convocações levaram o nome de Major nas suas primeiras linhas. Interessante, esse sobrenome!! Como quase sempre, em torno de algo maior, os encontros de sujeitos produzem em forças sociais, resultam em laços e em movimentos que representam de modo mais ou menos coletivos suas identidades. O nome E.G.P. levantou questões desde a última plenária de 2002 no encontro de São Paulo. Em uma determinada vertente das coisas que aconteceram o sentido dos Estados Gerais conotou fortemente uma passagem de consulta do Rei ao povo, a brecha dos levantes, no rumo a república, a qual até que poderia ser de talentos alguns dirão, mas que se institui positivamente, com presidente e conselheiros amigáveis. Nem, uma república de talentos, nem um Estado da Psicanálise, nem nenhum reino em rede deveriam arrogar-se o direito ou o poder de instituir-se com as custas de quem respondeu a um chamado supra-institucional, em nome próprio e democrático.

Nestes anos entre um encontro mundial e outro, a brasileira Helena Vianna e o francês Pierre Fedida foram-se. Duas perdas tristes e significativas. Algumas tantas correspondências circularam entre muitos, entre vários países, USA, Br, Fr, Mexico, etc. De outro lado, o que foi bem mais animador, Jacques Derrida e Major estiveram no Rio em 2001, e alguns *workshops* promoveram os debates em nome dos encontros dos E.P.G. Bem apadrinhado o movimento seguiu com fôlego corajoso na América Latina.

O grupos de trabalho seguiram apoiados nas Redes, e as revistas eletrônicas continuaram no ar. A psicanálise seguiu acontecendo. A *Articulação das Entidades*, no Brasil, apoiando-se na rede, tem buscado influir nos problemas de Regulamentação Legal da profissão. A *Associação des Amis des E.G.P.*, em Paris, viabiliza a “revista” com os texto de 2000 e outros informes, e sob a presidência de Rene Major, lançam o projeto de um *Instituto de Autos Estudos de Psicanálise*, arregimentando alguns tantos psicanalistas em torno disso. Algo que para além dos interesses particulares, a maioria há de concordar, vem para o bem da psicanálise. Porém, há um sentido paradoxal na forma como o movimento acontece. O desenrolar das comunicações, das

visitas, dos grupos, dos encontros e das forças em jogo permite que laços e formas de regulação destes laços sejam, em certo grau, instituídas.

Anne Genevieve, que esteve nos encontros regionais da América Latina, nos grupos de trabalho de Paris, manteve a pluralidade de opiniões, alimentando o caráter preferencialmente instituinte do movimento. O encontro da Argentina deixara algumas linhas de força fragmentadas, a estética de uma rebeldia anarco-burocrática esboçava-se entre parte Buenos Aires e São Paulo, mas antes de qualquer ruptura total, alguns bons e velhos nomes se recolheram e procuraram preservar os vínculos com o movimento. Eles foram preservados, numa costura que sustenta vários pedaços dessa trama na proposta de mais um encontro de caráter geral, plenário e mundial. Os colegas psicanalistas do Rio recuperaram os nomes que agora não estão mais recolhidos, foram convidados a exercer a “função leitor” e deverão estar presentes no Rio. Outros colegas argentinos que preferiram não ocupar mesas, esperamos, também estejam lá. Um arranjo suficiente para sustentar mais um encontro Mundial, parece ter se produzido em meio a essa “estética da desordem” que vem agitando por rumos variados os trabalhos envolvidos na rede dos estados gerais.

Um estado de leitura no encontro

O Estado da Psicanálise poderia ser o governo dos psicanalistas? Ainda que o papel da psicanálise nas políticas públicas não seja uma questão qualquer, a psicanálise não é um órgão Estatal, ela não é algo em si instituído e definitivo. Além disso, um “Estado da Psicanálise”, soa um pouco poderoso demais, talvez, colocando a ordem política antes do sentido ontológico que o radical lingüístico *estar* permite. Talvez se trate de buscar o contrário, uma estética da desordem, mas, não numa monarquia constitucionalista a moda de Freud, nem republicana, e nem presidencialista. Naquilo que juntou tantos psicanalista até aqui não faz sentido falar em Estado, mas sim em Estados... Nos E.G.P., parece que se gostaria de explorar os negativos do poder.

Assim, aproveito para frisar dois outros sentidos nos quais posso reconhecer mais agradavelmente os Estados Gerais da Psicanálise. Melhor do que a referência revolucionária francesa, o primeiro sentido dos EGP diz respeito ao diagnóstico, uma pergunta pelo atual *estado de coisas* em geral na

psicanálise nesse primeiros anos do século XXI. Um autodiagnóstico. E o segundo, esta ligado ao sentido transitório da palavra estado, na medida mesmo da oposição entre ser e **estar**, sendo os estados gerais da psicanálise uma condição provisória de sermos algo, ou um acontecimento, um conjunto de eventos que não se define ou determina totalmente como sendo isso ou aquilo, sob pena de se descaracterizar. Provavelmente seria precipitado dizer que essa efemeridade instituinte é a própria condição da psicanálise hoje, mas certamente a observação dos dois encontros mundiais e dos trabalhos desenvolvidos pelo mundo em nome desses encontros poderão nos dar uma visão geral de como a psicanálise se encontra.

Bem as vésperas do encontro Mundial estamos tentando estabelecer os *coletivos de leitura*. As pessoas são provocadas e convidadas a ler e a discutir segundo os temas que lá estão, segundo os assuntos que trazem os textos. Com os encontros procuramos levar aos leitores, "representantes", algo da fala em nome próprio pela voz do outro, e com vistas a um coletivo maior. Há uma paradoxalidade neste movimento desde o convite ao encontro dos EPG em plenária aberta, mais ou menos a moda de uma assembléia grega, sem representantes, ou a moda medieval francesa. Os coletivos de leitura tentam desfazer a potência narcísica do lugar do representante, leitor, relator, ou seja lá como se vai chamar. Um encontro em que cada um fale por si não poderia ter qualquer mediação, e talvez, produzi-se diálogos infrutíferos na galera.

Em um movimento que foi conclamado e nome da independência das filiações, os efeitos de um porta voz da leitura são vários. Penso que o maior efeito é certamente a marca pessoal que todo leitor vai inevitavelmente imprimir a sua comunicação sobre as leituras. Com os grupos de leitura ele estará influenciado pelos outros leitores do debate e o estilo de sua fala, para não falar do conteúdo, poderá carregar as impressões de seus colegas, poderá refletir um pouco o estado da leitura as vésperas da apresentação e do debate maior.

Também pode simplesmente acontecer que eles tomem o tempo para falar em nome próprio, o que aconteceu em Paris, e foi verticalmente triste. Acho que já estamos vacinados, agora a voz deverá ser observada. Seja no momento dos leitores relatarem seus trabalhos ou, na abertura de cada mesa e nas plenárias *o ritmo e o tempo das falas, precisam de uma boa medida*, e isso

é um problema de difícil solução. Será que estaremos de olho da voz? Será que ouviremos os textos? Nesse sentido a função do mediador é da maior importância e, também não se deveria incomodar com o jargão assembleístico; questão-de-ordem quando o veneno estiver a solta em algum longo desvario. Os leitores, espera-se, cumprirão o papel de leitores, isso é o mínimo. Por outro lado, caso o leitor respeite os textos ele será um porta voz e falará em nome de alguém, será o representante de alguém. Isso é contrário a falar "em nome próprio" e, "falar em nome próprio" por meio de um representante, é um paradoxo. O grupos de leitura, que incluem o próprio escritor, movimentam mais uma vez esse paradoxo, pois, sobre a voz do autor muitas outras falam com igual direito, e a individualidade do nome próprio vê-se subsumida na pequena massa que é o grupo. A fala do autor é tomada pelo coletivo participativo, o qual fomenta as idéias do leitor, autoridade auditora que, mais tarde, terá poucos minutos para falar do que se produziu das leituras.

Vários sentimentos e pensamentos circulam na rede. Não se pode fazer de conta que alguns tantos, visto os trabalhos em grupos pequenos falando em nome próprio no plano mais direto dessa idéia, não se aprazem com qualquer púlpito ou presidência fácil. O estado geral não se institui na rede, ele apenas acontece. Aceitando o efeito paradoxal dos representantes em um encontro em plenária aberta, devemos estar dispostos a lidar com um coletivo maior no qual nem todos produziram dispositivos de leitura e os narcisismos estarão soltos. Talvez nem todos estejam preocupados em estabelecer um diagnóstico da psicanálise hoje, e produzir um registro físico protegido para os textos. E talvez, nem todos entrem bem no espírito de um estado, de uma contingência geral da psicanálise, num estado de rede no qual o trabalho está em geral circulando.

Nestes anos, o sentido dos grupos de trabalho foi mais forte em alguns lugares do que em outros, a internet foi mais utilizada aqui e alí, etc. As preocupações e os ânimos levantados pelas convocatórias parecem apostar em propostas mais vagas e indefinidas como operadores úteis da psicanálise. A idéia de criar mecanismos de debate e leitura foi deflagrada pelas primeiras reflexões no Rio sobre a, ainda tão enigmática, noção de *função-leitor*. Para evitar a repetição do acontecimento de Paris, foi plantada a idéia de produzir-

se um dispositivo que pudesse subsidiar a leitura via internet, ou de qualquer outra forma interessante.

Os desdobramentos desse idéia levaram, em São Paulo, a formação dos “coletivos de leitura”. Esses coletivos operariam uma “função-leitura”. Foi assim que se acomodou a expressão em jogo. A função-leitura coletiviza o nome próprio do autor, e nesse sentido está de acordo com o paradoxo de todo encontro. Como um dos possíveis amadurecimentos que ela rendeu, e que já está sendo em prática, talvez esse venha a ser um modelo para criarmos disparadores, previamente engatilhados, de alguma reflexão em grande fórum. Oxalá! Outros estados já estão criando dispositivos para operar a função de leitura. Ainda não sabemos bem o que acontecerá. Vamos aguardar. Seria importante escrever as colegas de outras cidades e países contando sobre essas iniciativas.

Os diferentes tipos de encontros em São Paulo e em Buenos Aires, assim como os grupos no Rio e em Paris, têm mantido interessantes focos de trabalho nem sempre afinados, mas até aqui sempre mais construtivos e agregadores do que o contrário. Embora a intimidade dos coletivos de leitura, que semelhante a dos GTs, embora essa intimidade não vá se reproduzir no encontro do Rio, enquanto uma preparatória eles parecem ser o melhor artifício para produção de ganchos capazes de servir ao debate na plenária. Possivelmente um certo desamparo irá eclodir no encontro, pois lá não se poderá falar sem que se busque a palavra em nome e voz própria. O encontro servirá para que todos possam falar e ouvir, e falar do que ouviram. Ouvir em nome próprio. E o compromisso dos leitores com os autores, a partir dos coletivos de leitura implicam para eles, um pouco mais do que para os outros, esse exercício inevitável de ouvir e ver desde seu próprio ponto de vista. Porém, uma vez sabemos do viés de nossos ouvidos, e da inexorável posição etnocêntrica e narcisista em que nos encontramos, sempre com o cuidado especial, podemos estar atentos para não abusar da sutileza deste fato.

O debate sobre a função-leitura tomou corpo e já temos várias reuniões marcadas. Até aqui nenhuma surpresa quanto a estrutura do encontro; três convidados, uma mesa de abertura para os notáveis, e muito debate, promete haver, bastante debate. Todo faz parecer que seria possível mostrar, na virada do milênio, que é possível construir um debate de grande escala, sob uma

forma de diálogo bem insuflada e bem conduzida. Possivelmente ainda faltam variáveis que tendem a aparecer quanto mais próximos estamos do evento esperado e que esteve catalisando as forças e os trabalhos todos, contudo, parece razoável dizer que as diferenças de atitude no encontro mundial devem se fazer notar claramente. Resta esperar que o tempo das falas em nome próprio respeitem o espaço coletivo do debate.